

AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS EM PRIMEIRA INFÂNCIA

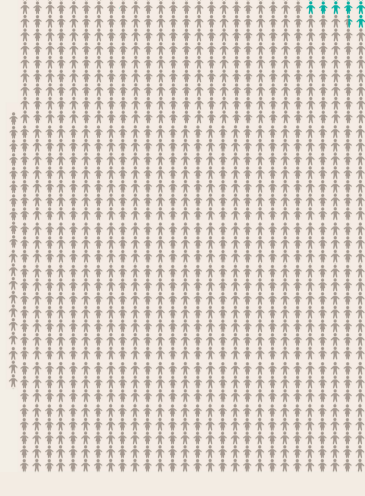
# Impacto das práticas de gestão à saúde materno-infantil na mortalidade das crianças de Sobral (Ceará)



**Denise Lima Nogueira**  
Sobral, Ceará

• Faculdade Luciano Feijão

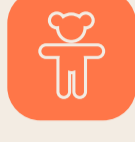
## 1 Introdução



**11,5** de cada 1.000 crianças nascidas vivas no Brasil morrem até o primeiro ano de vida<sup>1,2</sup>

A mortalidade infantil pode estar associada a determinantes sociais, de saúde e econômicos como<sup>1,2</sup>:

- Condições ambientais e socioeconômicas
- Fatores demográficos
- Estado nutricional
- Atenção à saúde



De acordo com a Organização Mundial da Saúde, a taxa de mortalidade infantil é um indicador importante de saúde e de desenvolvimento de uma sociedade. No Brasil, esse índice por causas evitáveis reduziu 48,7% nos últimos 20 anos (2002-2021), porém ainda está distante do proposto nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável<sup>8,9</sup>

Mais da metade (56,9%) dessas mortes poderiam ter sido evitadas com atenção à saúde da criança

Desafios à gestão pública para prevenir essas mortes infantis<sup>3,4,5</sup>:

- Garantia de assistência à saúde rotativa desde a concepção
- Maior cobertura e acesso à saúde
- Capacitação de profissionais
- Implementação de práticas de gestão
- Monitoramento e avaliação em saúde

Qualificar a atenção à saúde influencia positivamente o desenvolvimento infantil de diferentes formas<sup>6,7</sup>:

- Estreitamento da relação da criança com seus cuidadores
- Aumento dos índices de aleitamento materno exclusivo até os 6 meses de vida e introdução alimentar adequada a partir dessa idade
- Diagnósticos precoces e tratamento adequado

Esta pesquisa avaliou como as práticas de gestão, políticas e programas voltados a saúde materno-infantil no município de Sobral (CE), no âmbito da Rede Cegonha, impactaram a mortalidade infantil neste município



A Rede Cegonha<sup>10,11</sup> foi criada em 2011 pelo Ministério da Saúde no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS) com o objetivo de mobilizar estados e municípios para:

1. Qualificar a atenção à saúde materno-infantil;
2. Reduzir a mortalidade materna e infantil com ênfase nos primeiros 28 dias de vida da criança;
3. Garantir assistência de qualidade à mulher desde o planejamento reprodutivo ao puerpério e à criança desde o nascimento aos 24 meses

## 2 Método da pesquisa

A pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal do Ceará com protocolo 3.355.553.

Pesquisa avaliativa, qualitativa, do tipo estudo de caso, realizada em Sobral (CE), no período de 2014 a 2018

Os pesquisadores coletaram dados de 15 fontes documentais, incluindo:

Entrevistas com 14 gestores de saúde municipais e estaduais sobre práticas qualificadoras da atenção à saúde

Planos de atenção à saúde materno-infantil do município de Sobral e do Estado do Ceará

Sistema de Informações sobre Mortalidade e sobre Nascidos Vivos

Regulamentos de processos formativos para profissionais de saúde de todos os níveis de atenção

Relatórios das capacitações sobre saúde materno-infantil realizadas para profissionais de saúde de todos os pontos de atenção de Sobral

## 3 Resultados da pesquisa

Implementação da Rede Cegonha e práticas de monitoramento e avaliação da saúde materno-infantil por meio de indicadores

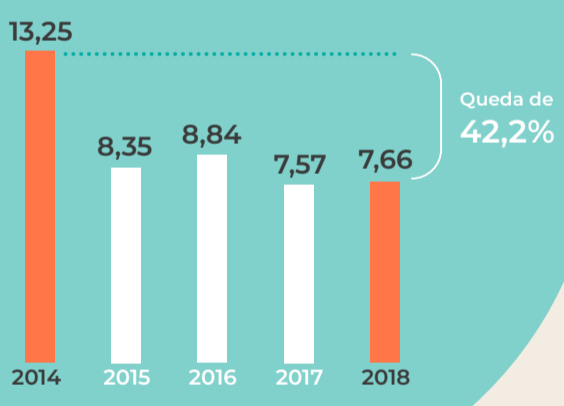
Cobertura de 100% da Estratégia Saúde da Família aos municípios de Sobral

Investimento na formação permanente de médicos e enfermeiros sobre temas relacionados a:

- acompanhamento de pré-natal
- assistência ao parto e nascimento
- assistência no puerpério
- acompanhamento do crescimento e desenvolvimento infantil

Práticas de gestão voltadas à assistência materno-infantil reduziram a mortalidade infantil em Sobral (CE) em 42,2% entre 2014 e 2018

Evolução da mortalidade infantil no município de Sobral (em %)



Dentre os indicadores<sup>8,12</sup>, destacam-se:

- 1) Cobertura de equipes de Saúde da Família;
- 2) Percentual de gestantes com sete ou mais consultas de pré-natal;
- 3) Percentual de recém-nascidos prematuros;
- 4) Percentual de recém-nascidos com baixo peso ao nascer;
- 5) Percentual de crianças em acompanhamento de puericultura;
- 6) Percentual de crianças com as vacinas de rotina de acordo com a agenda programada.

## 4 Recomendações para a gestão pública

Recomendações baseadas em evidências:

Estratégias que podem melhorar a saúde materno-infantil e, consequentemente, reduzir a mortalidade das crianças



Implementar políticas públicas, a exemplo da Estratégia Saúde da Família<sup>13,14</sup> e Rede Cegonha<sup>15,16</sup>



Tomar decisões a partir de dados do monitoramento e da avaliação de programas de saúde materno-infantil<sup>18</sup>



Promover a saúde sexual e reprodutiva para adolescentes em ambientes escolares e acompanhamento da gestação precoce por serviços de atenção primária à saúde<sup>17</sup>



Investir na capacitação permanente dos profissionais de saúde para a melhoria da assistência na saúde materno-infantil<sup>19</sup>

## 5 Créditos

### SOBRE A PESQUISADORA

**Denise Lima Nogueira**  
Doutora pela Universidade Federal do Ceará (UFC) e Coordenadora do Curso de Enfermagem da Faculdade Luciano Feijão (Sobral-CE)

### SOBRE A PESQUISA

**Impacto das práticas de gestão à saúde materno-infantil na mortalidade das crianças de Sobral (Ceará)**

#### Co-autores

Márcia Maria Tavares Machado (Universidade Federal do Ceará - UFC), Maria do Socorro de Sousa (Universidade Estadual do Ceará - UECE).

## 6 Referências

1. Fundação Abrinq. Cenário da infância e adolescência no Brasil. 1ª ed. 2022. Disponível em: <https://andi.org.br/2022/03/fundacao-abrinq-lanca-a-edicao-2022-do-cenario-da-infancia-e-adolescencia-no-brasil/#:~:text=O%20cen%C3%A1rio%20da%20inf%C3%A2ncia%20e,de%20menores%20de%2019%20anos>. Acesso em: 15 mar 2023.
2. Marinho CSR, et al. Objetivos de Desenvolvimento do Milênio: impacto de ações assistenciais e mudanças socioeconômicas e sanitárias na mortalidade de crianças. Cadernos de Saúde Pública, v. 36, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csp/a/FXMTLXQYtCWVbzbwbtph7lang-pqt#:text=Desde%202010%2C%20o%20Brasil%20alcan%C3%A7ou,%20pa%C3%ADs%20atingir%20os%20ODM>. Acesso em: 15 mar 2023.
3. Vieira DS, et al. Processo de trabalho de enfermagem na vigilância do desenvolvimento infantil. Revista Mineira de Enfermagem, v. 23, p. 1-8, 2019.
4. Cavalheiro APG, Silva CL, Veríssimo MDLOR. Consulta de enfermagem à criança: atuação do enfermeiro na atenção primária à saúde. Enferm Foco, v. 12, n. 3, p. 540-545, 2021.
5. Da Silva MJS, et al. Qualidade da assistência ao parto e pós-parto na percepção de usuárias Da atenção primária à saúde. Revista Ciência Plural, v. 6, n. 1, p. 1-17, 2020.
6. Souza JM, Veríssimo MDLOR. Desenvolvimento infantil: análise de um novo conceito. Revista latino-americana de enfermagem, v. 23, p. 1097-1104, 2015. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/flae/article/view/10802/106364>. Acesso em: 15 mar 2023.
7. Oliveira CVR, et al. Desigualdades em saúde: o desenvolvimento infantil nos diferentes grupos sociais. Revista da Escola de Enfermagem da USP, v. 53, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/eeusp/a/bpTLQ6jvFqCqWfMnTLvSFfdD/7for-mat:pdf/lang-pt>. Acesso em: 09 jan 2023.
8. Fundação Abrinq. OBSERVATÓRIO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE. Sobrevida infantil e na infância. Disponível em: <https://observatorioinfanzia.org.br/cenario-infancia/temas/sobrevida-infantil-infancia>. Acesso em: 15 mar 2023.
9. Nações Unidas. Objetivos do Desenvolvimento Sustentável no Brasil - Saúde e bem-estar. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs/3>. Acesso em: 09 jan 2023.
10. Brasil. Ministério da Saúde. Portaria nº 1459, de 24 de junho de 2011. Disponível em: [https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2011/prt1459\\_24\\_06\\_2011.html](https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2011/prt1459_24_06_2011.html). Acesso em: 09 jan 2023.
11. Guerra HS, et al. Análise das ações da rede cegonha no cenário brasileiro. Iniciação Científica Cesumar, v. 18, n. 1, p. 73-80, 2016. Disponível em: <https://periodicos.unicesumar.edu.br/index.php/cesumar/article/download/4897/pdf>. Acesso em: 15 mar 2023.
12. Braz SGC, Raiher AP. Redução da mortalidade infantil e cumprimento do Objetivo de Desenvolvimento do Milênio 4 no Brasil. Economia, sociedade e território, v. 22, n. 68, p. 265-295, 2022.
13. Da Silva VC, et al. Avaliação do impacto do Programa Saúde da Família sobre a mortalidade infantil no Nordeste do Brasil. Revista Econômica do Nordeste, v. 50, n. 3, p. 39-48, 2019.
14. Dos Santos GXG, et al. Impactos da política nacional de atenção básica nas taxas de mortalidade infantil sob a ótica da estratégia de saúde da família. Revista Eletrônica Acervo Enfermagem, v. 7, p. e5719-e5719, 2020.
15. Lamy ZC, et al. Atenção ao parto e nascimento em maternidades do Norte e Nordeste brasileiros: percepção de avaliadores da Rede Cegonha. Ciência & Saúde Coletiva, v. 26, p. 951-960, 2021.
16. Da Cruz ECS, Pereira MA. REDE CEGONHA: Avanços e Desafios para Gestão em Saúde no Brasil REDE CEGONHA: Progress and Challenges for Health Management in Brazil. Brazilian Journal of Health Review, v. 4, n. 5, p. 18639-18654, 2021.
17. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Saúde sexual e saúde reprodutiva. 1. ed., 1. reimpr. Brasília: Ministério da Saúde, 2013. 300 p. Disponível em: [https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/saude-sexual\\_saude\\_reprodutiva.pdf](https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/saude-sexual_saude_reprodutiva.pdf). Acesso em: 15 mar 2023.
18. Ramos MC, Silva EM. Como usar a abordagem da Política Informada por Evidência na saúde pública? Saúde em Debate, v. 42, p. 296-306, 2018. Disponível em: <https://essentia.uvavnet.br/index.php/ESSENTIA/article/view/307>. Acesso em: 12 out. 2022.
19. Bettanin FSM, Rodrigues JC, Bacchi MR. Educação permanente em saúde como instrumento da qualidade assistencial. Brazilian Journal of Development, v. 6, n. 7, p. 42986-42992, 2020. Disponível em: <https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BRJD/article/view/12584>. Acesso em: 15 mar 2023.